

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Rita Freire

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título:

O mito do Templo de Salomão: A disputa por Jerusalém e a ostentação no Brasil Foto de capa: Templo de Salomão no dia de comemoração dos 40 anos da Igreja Universal, em São Paulo, Brasil, 7 de julho de 2017 [Alexandre Carvalho/A2img]

Publicado em dezembro de 2022. Esta publicação preserva os direit

Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio Estado de São Paulo, Brasil www.monitordooriente.com

O MITO DO TEMPLO DE SALOMÃO

A disputa por Jerusalém e a ostentação no Brasil

Rita Freire

Jornalista, especializada em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, gestora e representante da rede Ciranda.Net de comunicação compartilhada no Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e Fórum Mundial de Mídia Livre. É editora-chefe do Monitor do Oriente Médio.



A Mesquita de Al-Aqsa, no coração da cidade de sagrada de Jerusalém, tem 1.300 anos de existência – treze séculos! – e é um patrimônio de toda a humanidade. No entanto, escavações, invasões e campanhas militares israelenses têm ameaçado os alicerces e a preservação desse símbolo de Jerusalém.

Mas o que a Al-Aqsa tem a ver com as campanhas dos colonos que se instalaram nas terras palestinas ocupadas e agora pregam a reconstrução do Templo Bíblico de Salomão? E porque essa ideia chegou ao Brasil, ajudando a enaltecer os símbolos que o Estado sionista de Israel quercolocar em lugar de monumentos milenares muçulmanos?



Uma bandeira israelense tremula em frente ao Domo da Rocha, perto do complexo de al-Aqsa, na Cidade Velha de Jerusalém, em 24 de agosto de 2020 [Ahmad Gharabli/AFP via Getty Images]

No Brasil, poder político religioso

O Templo de Salomão paulistano foi inaugurado em 2014 ao som dos cânticos evangélicos e dos Hinos Nacionais do Brasil e do Estado de Israel. Fundia, assim, desde o primeiro culto, a vocação religiosa e a afinidade política com Israel, Estado que ocupa a Palestina e disputa a cidade sagrada de Jerusalém com o povo originário.



Templo de Salomão, entrada [IURD/Divulgação]

A construção foi uma iniciativa do bispo Edir Macedo, pastor e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. No comando da fortuna amealhada para a obra, ele dedicou-se a construir a sede da igreja com o formato do templo descrito na Bíblia, que teria sido erguido no reino de Salomão, entre 970 e 930 a.C. (antes de Cristo).

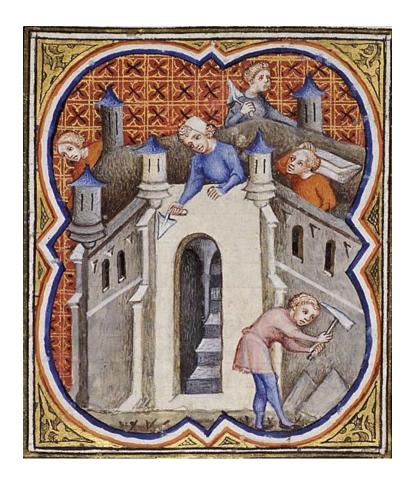
Embora não haja vestígio de sua materialidade nas marcas arqueológicas daquele período, o respeito ao texto sobre o primeiro templo judeu reside principalmente na dimensão da fé judaica, também integrante da tradição cristã, como lugar em que foi guardada a Arca da Aliança.



Modelo em escala do que seria o Templo de Herodes, ou Segundo Templo de Salomão (cerca do século I a.C.), em Jerusalém, no chamado Museu de Israel [Wikimedia/Commons]

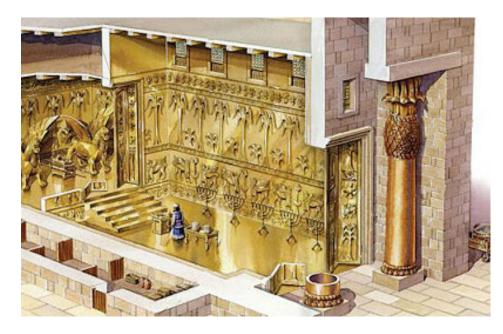
A ideia de uma reconstrução, no entanto, não é um assunto apenas religioso. No Brasil, ostenta o crescente poder político e econômico de pastores evangélicos, com milhões de seguidores, em um país de maioria católica. Na Palestina, passou a ter uso político na ocupação e judaização de Jerusalém contra os cristãos e os muçulmanos.

Mas existiu um Templo de Salomão?



Ilustrador desconhecido de "Speculum humanae salvationis" [Bible Historiale/Domínio público]

Conforme a passagem bíblica, o templo criado há cerca de 3 mil anos supostamente durou mais de quatro séculos, até ser destruído, no ano 587 a.C, pelos babilônios. Seria difícil não deixar restos arqueológicos na região, sobretudo pelo porte e riqueza com que a obra é descrita.

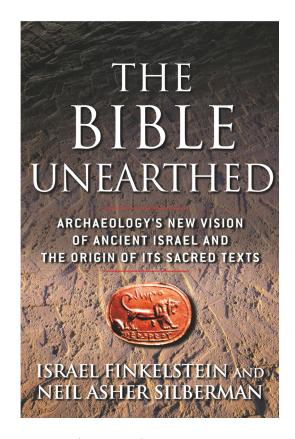


Representação do templo [Behance/Reprodução/Facebook]

Seus alicerces teriam 29 metros de comprimento por 10 de largura, mais ou menos. Salomão teria usado ouro puro para cobrir o santuário interno do templo, onde colocou um par de querubins de ouro que mediam, juntos, 9 metros de largura, para guardar a Arca da Aliança. E, ainda, "revestiu, com ouro, as traves, os umbrais, as suas paredes e as suas portas; e lavrou querubins nas paredes", conforme descrito em Crônicas 3:7.

Em 2001, o diretor do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv, Israel Finkelstein, trouxe a triste notícia a pesquisadores das arqueologias bíblicas e confrontou relatos sagrados com achados da ciência.

Seu livro, intitulado *The Bible Unearthed* (literalmente, *A Bíblia desenter-rada*), diz que as exaustivas escavações não encontraram qualquer sinal de grandes construções ou do reinado de Salomão em Jerusalém, e declara as descrições incompatíveis com as descobertas.



Outro estudioso, o arqueólogo israelense Ziv Herzog, em *Deconstructing* the Walls of Jerico, , refere-se ao templo como uma lenda religiosa para expressar a glória judaica, sem relação com condições da época.

Um segundo templo judeu, apropriado e ampliado por Herodes, e no qual Jesus teria expulsado os vendilhões, foi destruido no ano 70 da era cristã. Desta construção, sobrou um muro, hoje chamado Muro das Lamentações e considerado sagrado pelos judeus.

Em quase dois mil anos, desde o fim do segundo templo até o século XIX, não houve pretensão de se materializar o templo mítico e espiritual de Salomão em uma obra física.

Derrubar Al-Aqsa, uma obsessão política

Conforme escreve o professor israelense da Universidade de Tel Aviv Shlomo Sand, autor da obra "A invenção do povo judeu", não é possível usar a religião como fonte de direito histórico.

Mas isso mudou na virada para o século XX!

O movimento sionista, fundado pelo jornalista húngaro Theodor Herz em 1896, propunha um Estado nacional exclusivamente judaico nas terras palestinas, que tinham por habitantes originários o povo palestino. Para isso, o movimento recorria à religião para reivindicar direitos sobre a Palestina e Jerusalém. Dizia, inclusive, que a Palestina era uma terra sem povo, à espera de um povo sem terra, o que não era verdade. A Palestina tinha, nesta época, cerca de 25 habitantes por km², quando o Brasil, por exemplo, não tinha nem quatro, conforme dados de 1922, reunidos a partir dos censos brasileiro e britânico.



Modelo do Templo de Salomão no Museu de História de Hamburgo [CC BY-SA 3.0]

Na virada do século, sob influencia do movimento sionista na Europa, a ideia de reconstruir o Templo de Salomão passou a ser mencionada por jornais ocidentais.

Em 1917, a Declaração Balfour – uma carta do ministro britânico de relações exteriores prometendo apoio a um lar judeu na Palestina – abriu caminho para a imposição colonial do Estado de Israel.

Em 1948, mais de 800 mil palestinos foram expulsos durante a Nakba, palavra árabe que significa catástrofe e que se refere à formação violenta do Estado de Israel sobre as cidades e vilas palestinas. O avanço da ocupação israelense e limpeza étnica contra o povo palestino continuaram. E a ideia da reconstrução do templo passou a ganhar projeto, maquete, assinaturas de visitantes e adesões de políticos.



Representação do templo mítico de Salomão [Wikimedia Commons]

10 www.monitordooriente.com 11

Defensores da construção apontam para a Esplanada das Mesquitas, afirmando que os restos do templo estariam debaixo do Complexo e da Mesquita de Al-Aqsa, construída no ano 705 depois de Cristo. A proposta de remover a mesquita milenar, com mais de 13 séculos de existência, tornou-se uma obsessão de sionistas radicais e colonos extremistas.



Vista aérea da Mesquita de Al-Aqsa [Wikimedia Commons]

Um incêndio criminoso contra Jerusalém islâmica

Um dos três locais mais sagrados para o Islã e coração espiritual da vida palestina passou a sofrer invasões, ataques e ameaças.

Em 1967, após a guerra desencadeada por Israel para controlar o restante da Palestina histórica, o regime sionista assumiu o controle militar de toda a cidade de Jerusalém.



Mesquita de Al-Aqsa em chamas após atentado incendiário executado por Denis Michael Rohan, em 21 de agosto de 1969 [Wikipedia]

Em 1969, a Mesquita de Al Aqsa foi alvo de um incêndio intencional, iniciado por um sionista cristão vindo da Austrália. Quando o fogo começou, as autoridades da ocupação israelense praticamente deixaram que se propagasse e as denúncias surgiram sobre seu envolvimento. Moradores desesperados descobriram que os extintores não funcionavam e a água havia sido cortada em toda mesquita.

Enquanto o fogo ardia, soldados impediam a entrada do socorro que chegava das cidades vizinhas: de Nablus, Ramallah, Al-Bireh, Belém, Hebron (Al-Khalil), Jenin e Tulkarem. O incêndio foi combatido inicialmente com baldes d'água, carregados de mão em mão por moradores, até a chegada tardia dos bombeiros.

13

A maioria dos países denunciou o incêndio. O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 271, de 15 de setembro de 1969, considerando o incêndio um ato criminoso sob a ocupação de Israel, um "ato execrável de profanação a um dos santuários mais venerados da humanidade". O conselho instou Israel a cessar "imediatamente todas as medidas e ações" tomadas para alterar o status de Jerusalém.

Al-Aqsa sobreviveu a essa e a outras agressões.

Palestinos denunciaram seguidas violações aos símbolos muçulmanos e cristãos, como tentativa deliberada de judaização de Jerusalém ocupada, com a progressiva expulsão da população palestina local.

O avanço ilegal sobre Jerusalém

A resolução do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2016, sobre o status da Cidade Velha em Jerusalém e sua origem islâmica enfureceu Israel, que havia ocupado Jerusalém Oriental em 1967. Em 1980, Israel criou uma lei anexando oficialmente Jerusalém Oriental ao seu território. A Organização das Nações Unidas e vários países consideraram a medida ilegal.

Em 2018, Israel declarou-se, por outra Lei Básica, um estado exclusivamente judeu, com direitos privilegiados sobre os não judeus. O cerco, a discriminação e os crimes contra os palestinos levaram à acusação de apartheid por importantes organizações de direitos humanos e processos no Tribunal Penal Internacional, ainda em curso.

Enquanto o tempo corre para a criminalização de Israel, a ocupação avança para tornar a judaização de Jerusalém um fato consumado. Alguns poucos países mudaram suas embaixadas em Israel para lá, em sinal de apoio, e outros, como o Brasil, recebem pressões para que a transfiram. O projeto de reconstrução do templo recebe assinaturas de visitantes.

E no Brasil, a réplica do Templo de Salomão exibe, à maneira de Edir Macedo, o que poderia ser um novo templo em Jerusalém. Com o detalhe de que seria erguido deliberadamente sobre as ruínas da milenar Mesquita islâmica de Al-Aqsa.

A ostentação no Brasil

A construção da sede da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em São Paulo, invoca a descrição bíblica do Templo do Rei Salomão. Vimos como a obra busca aproximar o Brasil de uma narrativa sionista adotada em Jerusalém para tentar substituir o patrimônio milenar, representado pelo santuário islâmico de Al-Aqsa, por símbolos judaicos. Enquanto o plano enfrenta forte resistência palestina, no Brasil, ganhou homenagem de uma obra de grande ostentação: o templo de Edir Macedo.

O conjunto imponente deedificações e jardins em área gigantesca exibe colunas de até 56 metros de altura, que elevam-se muito acima dos telhados e velhos galpões do antigo bairro operário do Brás, em São Paulo.

Parte da área, no passado, deveria abrigar casas populares, em quatro blocos de 744 unidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), segundo apurou a revista *Veja* em 2014. Contudo, as casas populares não saíram do papel e o terreno correspondente foi vendido para a IURD.

A obra explora elementos da fé judaica aplicados de maneira pouco ortodoxa aos da igreja cristã evangélica neopentecostal e sua "teologia da prosperidade" – cada vez mais presentes no cenário brasileiro.

Na inauguração, o bispo Edir Macedo, fundador e chefe da igreja e responsável pela construção, vestiu-se em trajes de rabino, o que só é reservado a líderes religiosos judeus formados a partir do estudo intensivo da Torá, livro sagrado e um guia para os judeus.

15

Celebração, alegorias e simbolismos



Inauguração do Templo de Salomão em São Paulo [IURD/Divulgação]

Os guias vestidos com indumentárias da época atribuída a Salomão, quase mil anos antes de Cristo, e o uso de tinta dourada para imitar a cor do ouro, abundante no templo descrito na Bíblia, dão ao projeto a função de simulacro, uma forma de oferecer aos visitantes a experiência de contato com um tempo bíblico. Doze oliveiras centenárias, árvores símbolo da cultura agrícola palestina, foram importadas do Uruguai para imitação do Monte das Oliveiras, situado em Jerusalém, importante local das pregações de Jesus aos seus discípulos e onde foi capturado por soldados do Sinédrio, guiados por Judas, o traidor.

Com esse ambiente religioso, arquitetônico e cenográfico, o chefe da Universal falou às personalidades convidadas, entre estas, a então presidenta brasileira, Dilma Rousseff.

Não obstante, o grande impacto da obra no Brasil, inaugurada em 2014, foi a própria ousadia do empreendimento.

Processos arquivados após viagem a Israel

A edificação foi planejada durante quatro anos, segundo a *TV Record*, rede nacional de televisão ligada a um verdadeiro império de comunicação da Igreja Universal, após uma visita de Edir Macedo a Israel.

A cinebiografia de Edir Macedo, intitulada *Nada a Perder,* lançado em março de 2018, recorda o que ele descreve como sua peregrinação ao Monte Sinai, no Egito. Nessa época, o pastor se via acuado por dezenas de processos judiciais com acusações de charlatanismo e lavagem de dinheiro. Após a viagem, na qual alegou buscar ajuda espiritual, os processos foram pouco a pouco arquivados, como por milagre, por suposta falta de provas, enquanto seus detratores passaram de acusadores a alvos da Justiça. Edir se queixou de perseguições, inclusive da Igreja Católica.

Após quatro anos de planejamento, conforme reportagem do programa *Domingo Espetacular*, da *TV Record*, transmitida em 2016, outros quatro foram destinados à construção do templo, que mobilizou até 1.500 trabalhadores por dia numa área de 126 metros de comprimento por 104 metros de largura, mais de 13 mil metros de superfície ocupada, e 56 metros de altura. No templo construído, a nave principal acomoda 10 mil pessoas em cadeiras importadas da Espanha.

O complexo tem um museu simbolizando as que teriam sido as 12 tribos de Israel, telões de 20 metros quadrados e um estacionamento com duas mil vagas para carros, 241 para motos e 200 para ônibus. Possui 60 apartamentos para pastores e 335 banheiros para os fiéis. Além disso, tem 36 salas de Escola Bíblica Infantil (EBI), com capacidade para 1.300 crianças, estúdios de televisão e rádio e auditório para 500 pessoas.

O custo total declarado foi de R\$ 685 milhões, a valores de 2014, dinheiro atribuído a doações de fiéis. E os gastos poderiam ter sido ainda maiores caso não houvesse a isenção de taxas públicas.



Então presidente Michel Temer participa de inauguração do Templo de Salomão em São Paulo, em 1º de agosto de 2014 [Ascom]

Pedras palestinas e impostos perdoados

A revista *Veja São Paulo* divulgou, na época, que cerca de 40 imóveis foram comprados no Brás para acomodar o projeto. Juntos, esses terrenos pagariam à Prefeitura um Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de cerca de R\$ 3 milhões por ano.

A *Wikipedia* fala em 24 imóveis adquiridos. Mas tendo finalidade religiosa, a Universal do Reino de Deus pleiteou a isenção do imposto. Isso foi ratificado pelo Senado Federal no dia 17 de fevereiro de 2022, com a emenda constitucional nº 116, que liberou qualquer igreja, de qualquer culto ou congregação, de pagar o IPTU.

Cerca de 17 mil viagens de caminhão foram necessárias para retirar e aplanar a terra. Não obstante, o projeto foi registrado na Prefeitura de São Paulo como uma obra de reforma, o que barateou taxas relativas a sua construção. Depois de aprovar o registro, o responsável municipal foi exonerado sob suspeita de corrupção.

O templo também ficou livre dos impostos sobre a importação das pedras decorativas que recobriram a fachada e que foram compradas de Israel.

Para erguer o templo paulistano semelhante às construções da era pré--cristã de Jerusalém, ao menos 39 mil metros quadrados de pedras foram retiradas de Al-Khalil, cidade palestina também conhecida como Hebron, ocupada militarmente por Israel.

Afloramentos, cortes e lapidação manual dessas pedras são típicos da Cisjordânia ocupada. Segundo o estudioso Hilmi Salem, do Instituto de Pesquisa em Desenvolvimento Sustentável de Belém, o grupo geológico desta rocha, com cerca de 800 metros de espessura, é a espinha dorsal das montanhas palestinas. É conhecido, coletivamente, como "Pedra de Jerusalém", "Pedra da Terra Santa" ou "Pedra da Palestina".

Ao chegar ao Brasil, a carga foi taxada na alfândega em cerca de R\$ 85 mil em valores de hoje. Mas a Igreja Universal recorreu, alegando que as pedras seriam sagradas e, em outubro de 2020, o Tribunal Regional Federal de São Paulo (TRF-3) isentou-a também desse imposto.

Perto dos oito anos desde a inauguração, suspeitas surgiram sobre aas doações à Igreja Universal envolvendo a obra. O jornalista e escritor Gilberto Dimenstein, autor do livro *O reino: A história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal*, de 2019, relata um processo movido por bispos da Igreja Universal em Angola sobre recursos ilegais que deixaram o país africano rumo a Israel e Brasil, parte chegando em São Paulo camuflado nas malas de excursões ao Templo de Salomão.

Em outro caso, um pastor que cuidou da construção em São Paulo foi acusado pela Igreja Universal de fugir com R\$ 30 milhões desviados de seus cofres. Conforme a revista *IstoÉ Dinheiro*, de 21 de outubro de 2021, o suspeito estaria encarregado da construção de um segundo templo no Brasil, em um terreno de 55 mil metros quadrados em Taguatinga, uma das cidades satélites de Brasília.

Laços com a ocupação de Jerusalém

As igrejas evangélicas neopentecostais cresceram no país nas últimas décadas, ganhando força política e presença no poder central e, também, contribuindo para aumentar os laços do Brasil com os planos israelenses para a judaização de Jerusalém.



Bandeiras de Igreja Universal do Reino de Deus, do Brasil e de Israel tremulam na área do Templo de Salomão [Ana Clara Giovani/CC By 2.0]

Eleito presidente em 2018 com apoio de setores evangélicos, especialmente os neopentecostais, Jair Bolsonaro visitou Israel em 2019 e lá assinou, conforme reportagem de *O Verbo*, publicada em 1º de abril de 2019, o livro que acompanha a maquete do que seria a reconstrução do alegado Templo de Salomão, um projeto de judaização da área da Mesquita de Al-Aqsa.

Bolsonaro também tentou mudar a embaixada brasileira, de Tel Aviv para Jerusalém, como outros poucos países que, pressionados pelos EUA, passaram a apoiar a anexação ilegal de Jerusalém por Israel.

Iluminado internamente com dez mil lâmpadas de led, o templo do Brás hoje é parte da paisagem turística de São Paulo. Conforme dados apurados até 2021, o lugar já recebeu mais de 20 milhões de visitantes.

É também uma demonstração da opulência da Igreja Universal, fortemente caracterizada pela chamada "teologia da prosperidade", pela qual a exibição de riqueza não se limita aos fiéis, mas é também obrigação dos pastores e seus templos.

Desafia em tamanho e visitações os principais símbolos da igreja católica, como a basílica de Aparecida, no Estado de São Paulo, e o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. O imaginário alimentado pela mídia à época da inauguração fala em uma esteira rolante levando o dízimo dos fiéis para os cofres da igreja. A instituição, entretanto, nega que algo assim exista em qualquer parte do complexo.

Independentemente das controvérsias em torno da obra ou da existência ou não de um Templo de Salomão, é incontroverso que o templo de Edir Macedo se vincula ao Estado de Israel, um Estado de ocupação, que se apropria da cidade sagrada de Jerusalém e comete limpeza étnica e apartheid contra seus habitantes nativos — denúncia corroborada por relatório da Anistia Internacional de fevereiro de 2022.

A política de judaizar Jerusalém

Em 1948, o território da cidade foi dividido entre Jerusalém Ocidental, tomado pelos sionistas junto com parte da Palestina histórica, e Jerusalém Oriental, que ficou sob tutela da Jordânia. Todo o território é repleto de lugares sagrados para judeus, cristãos e muçulmanos.

Em 1960, a Lei de Administração de Terras de Israel impôs a desapropriação compulsória de terras, especialmente pertencentes a refugiados palestinos e pessoas deslocadas internamente, bem como terras palestinas em que assentamentos foram construídos, tanto em Jerusalém Oriental ocupada quanto nas Colinas de Golã — pertencentes à Síria.

Em 1967, após a guerra com os países árabes, Israel tomou controle sobre toda a Jerusalém, além dos territórios da Península do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, de e das Colinas de Golã. A ação foi condenada pela Organização das Nações Unidas.

Em 1980, o governo israelense aprovou uma lei que anexava permanentemente a parte Oriental da cidade, o que foi também foi condenadopela comunidade internacional.

A Lei Básica de Jerusalém proclama a cidade "unida e indivisa [...] capital de Israel". Além de considerada nula pela Resolução 478 do Conselho de Segurança da ONU, a lei e a ocupação sionistasnão puderam avançar sobre a Mesquita de Al-Aqsa, que foi mantida sobre gestão muçulmana.

A decisão da comunidade internacional e os acordos de 1993 que condicionaramo status de Jerusalém a negociações de paz entre os estados foram sempre desrespeitados por uma política de invasão de territórios, violência, demolições e expulsão de palestinos, com apoio do maior aliado militar e financiador de Israel, os Estados Unidos.

No final de setembro de 2000, Ariel Sharon, à época porta-voz do partido direitista de oposição (ao governo do trabalhista Ehud Barak), invadiu a Esplanada das Mesquitas, escoltado por policiais e soldados fortemente armados, e declarou que a mesquita de Al-Aqsa "sob um governo Likud permanecerá sob soberania israelense". A resposta palestina foi a Segunda Intifada (a primeira ocorreu em 1987) que durou cinco anos de insurreição, confrontos e mortes.

Entre 2005 e 2016, como mostra o documentário "A corrida para a judaização de Al Aqsa", foram 5.903 incursões de colonos em Al Aqsa. Em 2016, esse número saltou para 14.565. Em 2018, foram 28.800.

A fé como arma política nos EUA, Brasil e Israel

Todas as embaixadas de países com laços diplomáticos com Israel ficam em Tel Aviv. Mas em 1995, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma resolução transferindo a embaixada do país em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Amedida nunca foi sancionada por nenhum dos presidentes, até o governo de Donald Trump, levado ao poder com forte apoio dos lobbies sionistas judaicos e evangélicos.

Em 2017, Estados Unidos e Israel anunciaram sua saída do Fundo das Nações Unidas para Cultura, Ciência e Educação (UNESCO), ao acusar a entidade de agir como um "órgão anti-Israel". Recursos dos Estados Unidos para a agência já haviam sido bloqueados.

Em dezembro, Washington reconheceu Jerusalém como capital de Israel; em maio de 2018, a embaixada dos Estados Unidos foi transferida para lá. A mudança foi uma promessa de campanha de Trump ao lobby sionista evangélico, que considerava a mudança da embaixada para Jerusalém como um passo para o cumprimento de uma profecia bíblica. "Mudamos a capital de Israel para Jerusalém", disse Trump em um comício em Oshkosh, no estado de Wisconsin. "Isso é para os evangélicos".

Embora pretendesse liderar transferências em série de embaixadas para a cidade sagrada, o gesto de Trump foi seguido, na vizinhança americana, apenas pela Guatemala. Em setembro de 2018, o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu ordenou o fechamento da embaixada de Israel no Paraguai horas depois que o novo governo do país latino-americano anunciou que devolveria sua embaixada de Jerusalém para Tel Aviv.

Após a Casa Branca interromper os pagamentos assistenciais à UNRWA, o prefeito israelense de Jerusalém, Nir Barkat, chamou a organização de "desnecessária" e ameaçou expulsá-la da cidade ocupada.

A colaboração do Brasil de Bolsonaro

Durante a campanha eleitoral de 2018 à Presidência do Brasil, o candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, prometeu seguir os passos de Donald Trump e também transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém ocupada. "Israel é um Estado soberano, que decide qual é sua capital, e nós vamos seguí-los".



Jair Bolsonaro e Edir Macedo durante visita ao Templo de Salomão, São Paulo, 1º de setembro de 2019 [Alan Santos/PR]

Apesar do uso frequente da palavra "soberania" em relação a outros países, Bolsonaro criou o hábito de bater continência para a bandeira dos Estados Unidos e incluir a bandeira de Israel em muitos de seus comícios. O símbolo inclusive foi parar na camiseta de sua ainda primeira-dama, Michele Bolsonaro, ao votar para presidente em 2022, eleição na qual o marido foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva.



Michele Bolsonaro vota nas eleições brasileiras de 2022 com camiseta estampada com a bandeira de Israel [Reprodução/Facebook]

A promessa de 2018 era dirigida ao eleitorado evangélico, que alavancou sua campanha nas eleições presidenciais. Tanto os Estados Unidos como o Brasil fizeram o mesmo uso da religião para promover políticos e políticas de extrema direita, empregado com sucesso em Israel. Eleito, Bolsonaro subverteu a política diplomática brasileira, atendendo aos interesses de Israel a despeito dos direitos palestinos. Oficialmente, o Brasil sempre apoiou resoluções em favor da proteção aos direitos palestinos, mesmo mantendo relações e acordos com Israel.

Bolsonaro foi forçado a recuar da decisão, inclusive por pressão da Liga Árabe e da União das Câmaras Árabes de Comércio, que o lembraram que o Brasil é grande exportador de carne e aves para o Oriente Médio e teria muito a perder ao irritar os países árabes.Em lugar da embaixada, o Brasil anunciou a abertura de um escritório em Jerusalém, ainda assim contrariando a tradição diplomática brasileira.

Em 2019, Said Abu Ali, secretário-geral adjunto da Liga Árabe para os Assuntos Palestinos, emitiu um comunicado por ocasião do 50º aniversário do incêndio em Al-Aqsa, denunciando que "as autoridades da ocupação continuam a implementar planos para judaizar Jerusalém e sistematicamente atacam a cidade e os valores sagrados de muçulmanos e cristãos". Os planos de Israel, segundo Abu Ali, são de "mudar o status histórico e legal para judaizar e dividir do Masjid al-Haram, com o amplo apoio dos Estados Unidos".



Forças israelenses atacam fiéis palestinos na Mesquita de Al-Aqsa, em 11 de agosto de 2019 [Faiz Abu Rmeleh/Agência Anadolu]

Em janeiro de 2020, Trump anunciou seu "Acordo do Século", proposta voltada à segurança de Israel e a questão territorial na região. O presidente americano jamais consultou os palestinos e seu plano, na prática, impulsionou vários pactos de normalização de laços entre países árabes e a ocupação, alimentando o isolamento dos palestinos nativos em relação a governos historicamente aliados. Estes foram os chamados Acordos de Abraão, também em referência bíblica, assinados — em um primeiro momento — com Emirados Árabes Unidos e Bahrein; em seguida, com Marrocos e Sudão.



Esquerda para a direita: Primeiro-Ministro de Israel Benjamin Netanyahu,
Presidente dos Estados Unidos Donald Trump, Ministros de Relações
Exteriores do Bahrein Abdullatif bin Rashid al Zayani e dos Emirados Árabes
Unidos Abdullah bin Zayed bin Sultan al-Nahyan, durante cerimônia
de assinatura dos Acordos de Abraão, na Casa Branca, em 15 de setembro
de 2020 [Alex Wong/Getty Images]

Apesar das denúncias de que Tel Aviv mantém os palestinos sob um brutal regime de apartheid e limpeza étnica contra o povo palestino, as normalizações funcionaram como combustível para Israel acelerar suas investidas contra Jerusalém.

Em 2020, a *BBC News* em árabe revelou que Roman Abramovich, empresário e proprietário do clube de futebol do Chelsea, doou quase US\$ 100 milhões para financiar organizações de colonos que buscam judaizar Jerusalém e a Mesquita de Al-Aqsa, com a expulsão de palestinos. As táticas da ocupação para tomar Jerusalém vão de medidas burocráticas, políticas, judiciais, policiais, militares a milicianas, provocando continuada revolta na população árabe-palestina.

Em maio de 2021, quando Israel tentava expulsar moradores palestinos do bairro de Sheikh Jarrah, a resistência palestina se levantou em todos territórios, de Gaza e Cisjordânia àqueles ocupados em 1948.

Em 21 de abril de 2022, a polícia israelense invadiu mais uma vez os pátios do complexo da Mesquita de Al-Aqsa, agredindo fiéis, incluindo crianças, com a violência característica. Ao protestar contra as invasões, ao menos 50 palestinos ficaram feridos.

Em junho, oMinistério da Justiça de Israel deu início a uma "tramitação de títulos de terras", referente a áreas contíguas ao muro meridional da Mesquita de Al-Aqsa, para expropriar as terras. Com este intuito, alegou buscar "reduzir lacunas sócio-econômicas", embora denunciado por criar pretexto para registrar as propriedades em nome de assentamentos ilegais e então expulsar os palestinos nativos.

As incursões e agressões coloniais são incessantes. Em 14 de novembro de 2022, as forças da ocupação israelense escoltaram grupos de colonos ilegais ao complexo da Mesquita Al-Aqsa através do Portão Al-Maghrebi, conforme noticiou o *Arab48*.



Colonos e soldados judeus invadem o complexo de Al-Aqsa, em 26 de setembro de 2022 [Waqf Islâmico de Jerusalém/Agência Anadolu]

O Departamento Islâmico Waqf da Jordânia, que supervisiona os locais sagrados em Jerusalém ocupada, divulgou um informe segundo o qual alguns dos colonos realizavam continuamente rituais e passeios provocativos dentro do complexo islâmico e nos portões de acesso à Mesquita de Al-Aqsa. Foram reportados também gritos racistas e mesmo agressões físicas contra os fiéis palestinos.

A defesa de Jerusalém, quando mobiliza palestinos contra o poderio militar e fanatismo religioso protegido e impulsionado por Israel, é tratada pela mídia ocidental como guerra, como se houvesse equilíbrio de forças entre os habitantes originários — que ainda assim resistem — e as forças armadas que avançam ilegalmente sobre suas terras e seus direitos.



Mulheres palestinas nos tetos de Al-Aqsa protestam em defesa da mesquita, enquanto colonos invadem o complexo sob proteção militar de Israel, em Jerusalém ocupada, 2 de junho de 2019 [Faiz Abu Rmeleh/Agência Anadolu]

Para Israel, a promessa de limpeza étnica absoluta da Palestina histórica tornou-se ativo na campanha eleitoral. Quanto mais ameaçadora e extremista a plataforma da direita, maior a chance de conquistar votos e apoios legislativos para governar o país.

É precisamente o que demonstraram as eleições gerais de novembro de 2022, com o retorno de Benjamin Netanyahu, líder do partido ultranacionalista Likud, ao centro de poder, por meio de uma forte aliança com demais forças constituídas por colonos extremistas, como o partido Poder Judaico e a coligação Sionismo Religioso.

O sangue nos olhos se exibe nas promessas de sufocar a presença palestina com cada vez mais assentamentos ilegais e avançar sobre a Mesquita de Al-Aqsa — assim como por dentro e por baixo de suas fundações — para justificar a suposta busca por ruínas jamais encontradas de um longevo Templo de Salomão.



Templo de Jerusalém em São Paulo, Brasil, 2 de setembro de 2015 [Tainá Freitas/CC BY 2.0]]

30 www.monitordooriente.com 31



Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



/monitordooriente



@monitordoorient



@monitordooriente